

HABEAS CORPUS Nº 502.170 - ES (2019/0093773-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : EDUARDO SALUME
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : TIAGO GOMES CONCEICAO (PRESO)
PACIENTE : ELIZEU DA SILVA TEODORO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA DA PENA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. DESVALOR ATRIBUÍDO ÀS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME PELA NÃO RESTITUIÇÃO DO BEM FURTADO. ELEMENTO ÍNSITO AO TIPO PENAL. AFASTAMENTO. REGIME INICIAL MAIS GRAVOSO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de TIAGO GOMES CONCEIÇÃO e ELIZEU DA SILVA TEODORO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo proferido nos autos da Apelação n.º 0033538-72.2017.8.08.0035.

Consta dos autos que os Pacientes foram condenados às penas de 9 (nove) anos e 2 (dois) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 100 (cem) dias-multa, por terem subtraído para si, mediante violência e grave ameaça, com emprego de simulacro de pistola, pertences de diversas vítimas.

Em análise à apelação interposta pela Defesa, o Tribunal *a quo* deu parcial provimento, somente para aplicar a atenuante da menoridade ao Paciente TIAGO, fixando sua pena definitiva em 8 (oito) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e pagamento de 82 (oitenta e dois) dias-multa, mantendo inalterada a pena de ELIZEU.

Nas razões deste *habeas corpus*, a Defesa alega, em síntese, ilegalidade na decisão que exasperou a pena-base dos Pacientes, uma vez que valorou negativamente as circunstâncias judiciais com base em fundamentação genérica,

violando o princípio da motivação das decisões judiciais.

Requer a concessão da ordem para que seja redimensionada a pena-base dos Pacientes e, conseqüentemente, abrandamento do regime inicial de cumprimento de pena.

As informações foram prestadas às fls. 87-114. Em parecer de fls. 117-127, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

O Juiz de primeiro grau atribuiu valoração negativa às consequências do delito, porque "[...] *nem todos os bens roubados foram recuperados*" (fl. 75). Todavia, a fundamentação esposada está em descompasso com o entendimento desta Corte Superior, fixada no sentido de que o fato de não ter havido restituição dos bens às vítimas é elemento integrante do tipo – roubo – e, por conseguinte, é motivação inidônea para a exasperação da pena-base sob esse aspecto. Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. DOSIMETRIA. FURTO SIMPLES. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. PERDA PATRIMONIAL. VALOR NÃO EXACERBADO. ELEMENTO ÍNSITO AO TIPO PENAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo do recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - In casu, verifica-se que as consequências do crime foram negativamente valoradas com base no prejuízo material suportado pela vítima, que se trata de elemento ínsito aos crimes patrimoniais.

III - Somente quanto configurado prejuízo vultoso, com redução significativa do patrimônio, que ultrapasse os patamares ordinários para o crime de furto, poderá a referida circunstância constituir fundamento idôneo para a valoração das consequências do crime. Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para reformar a dosimetria da pena." (HC 474.869/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 01/02/2019, sem grifos no original)

Feita essa consideração, passo ao redimensionamento da pena.

I. Quanto ao acusado ELIZEU DA SILVA TEODORO

Na primeira fase da dosimetria, extraída a circunstância judicial das consequências do crime, embora mantendo a valoração dos maus antecedentes, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 13 (treze) dias-multa.

Na fase intermediária, presente a atenuante da confissão, fixo a pena em 4 (quatro) anos e 2 (dois) meses de reclusão e pagamento de 11 (onze) dias-multa.

Na terceira fase, mantenho os aumentos de 1/3 (um terço) e 1/4 (um quarto) relativos às majorantes do concurso de pessoas e da continuidade delitiva, perfazendo a pena definitiva de 6 (seis) anos e 9 (nove) meses de reclusão e pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, no piso.

II. Quanto ao acusado TIAGO GOMES CONCEIÇÃO

Na primeira fase da dosimetria, extraída a circunstância judicial das consequências do crime, embora mantendo a valoração dos maus antecedentes, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 13 (treze) dias-multa.

Na segunda fase, considerando a atenuante da menoridade e a da confissão, fixo a pena no patamar mínimo, qual seja, em 4 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Na terceira fase, mantenho os aumentos de 1/3 (um terço) e 1/4 (um quarto) relativos às majorantes do concurso de pessoas e da continuidade delitiva, perfazendo a pena definitiva de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão e pagamento de 17 (dezessete) dias-multa, no piso.

Por fim, quanto ao regime inicial de cumprimento da reprimenda imposta aos Pacientes, em harmonia com a jurisprudência da Suprema Corte e desta Corte Superior de Justiça, que estabelece que a avaliação negativa das circunstâncias judiciais constitui fundamentação apta para a imposição do regime inicial mais gravoso, mantenho o regime inicial **fechado**.

Ante o exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE** a ordem de *habeas corpus*, a fim de reformar o acórdão impugnado, tão somente para decotar, na primeira fase da dosimetria, a valoração negativa da circunstância judicial referente às

consequências do crime, ficando as penas finais quantificadas, para o Paciente ELIZEU DA SILVA TEODORO, em 6 (seis) anos e 9 (nove) meses de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, no piso; e, para o Paciente TIAGO GOMES CONCEIÇÃO, em 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, em regime fechado, e pagamento de 17 (dezessete) dias-multa, no piso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

